

Misto de poeta, contista, jornalista, economista e outros títulos, José Tribuzi Pinheiro Gomes — consagrado nacionalmente como Bandeira Tribuzi — nasceu em São Luis, em 1927, dois anos antes da grande crise mundial que marcou o início do declínio de nossa superdimensionada indústria algodoeira. Filho de família tradicional, como era de praxe na época, teve sua formação em bancos portugueses, cultuando nas cidades do Porto, Braga e Coimbra, o gosto pelas coisas literárias.

Canudo na mão, e uma sólida bagagem cultural, retornou a São Luis em plena 2ª Guerra Mundial, aliando-se aos movimentos que surgiam no Maranhão, ao mesmo tempo em que ingressava na firma pertencente a seu pai — Pinheiro Gomes S/A, onde passou boa parte de sua vida. Sentindo as mudanças empresariais que o Maranhão atravessava, Bandei-

ra Tribuzi, tentou uma curta carreira de jornalista, onde apesar de não filiar-se, trabalhou em 59 e 60 no setorial de Petróleo e mineração, no Brasil e no mundo. Foi também jornalista na imprensa e O Globo. Novamente, em 1966, foi chefe de escritório de planejamento econômico, a partir de 66 viesse a ser nomeado assessor especial nos governos do Maranhão, onde também foi chefe de assessoria adjunta da extinta S/A de Planejamento Econômico e Social, sendo nomeado assessor especial na área econômica.

Aliado ao senador José Sarney, desde dos tempos dos Pequenos Governos, Tribuzi, foi chamado para assessorar o governador, função que considera a mais importante de sua carreira.

JE — O Sr. que é um dos mais sérios observadores da economia maranhense, acha que está surgindo alguma crise entre o empresariado local?

TRIBUZI — Bem, na verdade há indícios muito fortes de uma certa dificuldade financeira nas empresas maranhenses. Até certo ponto, esse fato não espanta, porque o nosso Estado é ainda muito subdesenvolvido, tornando nosso empresariado profundamente dependente do setor público.

Por força da política tributária da Revolução de 64, os Estados de menor desenvolvimento viram-se beneficiados com fortes acréscimos de transferências de receitas federais. Mesmo assim, nós estimamos que cerca de 40% da renda interna do Maranhão, passe pela mão da Administração Pública, o que é uma massa ponderável de recursos. Poderia até dizer, corroborando essa afirmativa, que o governo é verdadeiramente o único rico num Estado muito pobre.

Logicamente o desempenho do setor público influi fortemente na execução de todas as atividades econômicas. O governo é o grande empregador, o grande prestador de serviços, o grande comprador e, conseqüentemente, se ele não consegue adotar uma política muito ativa de promoção do desenvolvimento, uma política inteligente de distribuição da renda e na procura de créditos externos que alimentem a nossa economia, é fácil concluir que essa economia se torne extremamente vulnerável.

Talvez, pela falta de consciência da atual administração neste seu papel, o governo não vem desempenhando a contento as suas funções de ser o grande empresário da economia maranhense. Dai, é provável e visível, que mesmo que a empresa maranhense viva atravessando dificuldades sérias, são sentidos fortes vestígios da quebra de liquidez do sistema de um modo geral. Uma perda de energia no que diz respeito a novos investimentos e, uma quebra de liquidez das empresas já em funcionamento.

Pessoalmente admito que seja resultado da deficiente consciência do governo para o papel que ele deve representar. Estenderia, dizendo que de uma atuação pouco empreendedora, de pouco comando do governo na vida pública maranhense, contrariamente, ao que ocorreu nas duas administrações anteriores dos governos Sarney e Pedro Neiva, qualquer julgamento político que se possa fazer deles, efetivamente, veremos que tiveram uma densidade muito forte na atração de recursos, na aplicação de investimentos maciços, e na realização de obras públicas que geraram muitos empregos e fizeram circular vastamente o dinheiro. Então, baseado nesses fatos, diria que vivemos uma crise; com uma pré-crise, no meu entender, motivada pela falta de visão do governo, resultando disso tudo, pouco melhoramento no setor público.

— “O Maranhão tem uma renda interna anual em torno de Cr\$ 8 bilhões” e a Sudene só nos deu Cr\$ 900 milhões.

JE — Certos empresários afirmam que um dos maiores problemas maranhenses, é a facilidade que os governos oferecem para os grupos de fora se instalarem aqui. No caso específico, alguns grupos vieram, ficaram e hoje são fortes contribuintes de impostos. Outros, entretanto pelas mesmas facilidades, resolveram enveredar pela evasão dos recursos fornecidos pelos governos. Esse tipo de chamamento de novos empresários, caso não tenha uma fiscalização mais severa, ajudaria alguma coisa em nosso desenvolvimento?

TRIBUZI — Acho que um Estado não tem recursos como o Maranhão não pode se dar ao luxo de não possuir uma política muito receptiva para os investimentos que venham de outra região do país, ou até mesmo do exterior. O que ocorre na verdade, é que houve um corte no processo de formação do empresariado local, por circunstâncias que seriam muito longo enumerá-las. Mas, apenas como citação, as empresas e famílias tradicionais maranhenses, todas elas declinaram. Formou-se um hiato nas vocações empresariais do Estado.

Essas vocações que seriam normalmente nascidas em famílias tradicionais, não mais ocorreram por declínio dessas empresas e grupos empresariais. Então, durante um certo período, como é natural, houve um processo brusco de mudança econômica no Estado, com a perda de comando da nossa economia, e a dispersão dos centros polarizantes.

Existiu então a necessidade do surgimento de uma nova mentalização empresarial, que no início ainda era muito imprecisa e pouco consolidada. E foi formada, apesar de na realidade o nosso atual homem de negócios estar ainda em formação em sua grande parte, visto que ele é originário de pessoas que não tinham tradição no ramo empresarial. E, esse grande grupo de empresários, que em sua maioria não é realmente maranhense, vieram para nossa região em decorrência do processo migratório oriundo de inúmeras cidades de outros Estados, mas quando consolidaram aqui, desperdiçaram para as vocações econômicas implícitas e souberam aproveitar muito bem essas oportunidades. Mas, esse processo criou uma certa alinação empresarial no Maranhão.

Caso típico também é aquele cidadão que veio para aqui e se fixou, implantou sua família, e passou a ser um mara-

nhense. Economicamente ele é um maranhense, pois aqui ele se fixou, ele investe, ele consome, ele poupa. Então, contra esse empresário não tenho nada a dizer. Porém, paralelamente a esses fatos, mais recentemente surgiu o interesse de grupos financeiros, industriais e comerciais de fora estabelecerem filiais ou outros tipos de investimentos em nossa região, e que na realidade esses grupos tenderiam a funcionar apenas como captadores no Maranhão, para transferências dos recursos obtidos à seus Estados de Origem. No caso, nós por termos uma região bastante subdesenvolvida, não tínhamos como recusar essas empresas.

Porisso, afirmo que a política do governo na atração desses empresários é válida. O único problema é quando é dado certa preferência aos grupos de fora, deixando marginalizados os empresários da terra. É possível até certo ponto que isso ocorra. Exatamente porque um empresariado como o nosso em formação, não consolidado, ele ainda não constitui um agrupamento organizado reinvindicativo, e pelo seu pequeno peso, não é levado a sério pelo governo.

Não estou com isso justificando a atitude do governo. Mas, compreendo que o fenômeno está acontecendo. É claro que o governo não deve fechar os braços para os investimentos que venham de fora; deixar de atraí-los. É evidente também, que com maior força ele deveria ser carinhoso, atencioso e aliado com os grupos empresariais locais que mostraram capacidade nos negócios. Esses grupos são muito importantes para o nosso Estado, porque aqui eles pouparam, aplicam e aqui mesmo pretendem empregar os lucros e receitas auferidas. Tendem ainda em multiplicar seus investimentos e ganhos, oferecendo empregos na própria região.

Então, eu não condenaria a política governamental, que talvez no momento seja até pouco agressiva de atração de novos investidores de fora. Continuo achando, contudo, que essa medida não deveria ser contrapara a um desinteresse, uma desatenção ao homem de empresas local, que é realmente o empresariado de maior interesse para os destinos econômicos do Maranhão.

JE — Dentro do panorama econômico maranhense, instituiu-se uma visão do passado, como que aqui fosse a terra que possuiu uma sólida e estrutura eco-

nomia. Aos saudosistas, os ecos desses tempos ainda são ouvidos. Necessariamente, desde o apogeu de suas grandes indústrias, o Maranhão parou, ou houve uma divisão de períodos econômicos nestes últimos 40 anos?

TRIBUZI — Em primeiro lugar, excetuando o período colonial, no último quartel do século XVIII, até mais ou menos a década de 30 do século XIX, o Maranhão nunca teve assim um apogeu empresarial. Na realidade, aquele período com todas as terríveis distorções que implicavam numa estrutura social escravista, deram ao Estado muita força. No restante do século XIX nossa economia teve fases de melhor ou melhor aproveitamento, chegando ao fim do século tentando reagir ao processo de desagregação da força de trabalho escrava e a uma certa dificuldade de colocação do algodão maranhense no mercado internacional. Já com a implantação de uma indústria têxtil, apesar de incipiente, foi realmente o segmento econômico mais forte e organizado.

Essa indústria cresceu, e inegavelmente no começo do século XX, o Maranhão chegou a ser o 4º Estado industrial do país. Porém esses dados não significam que essa estrutura fosse sólida e bem montada. De um modo geral faltava a mentalidade industrial, o que propiciava que os capitais disponíveis no comércio internacional, no comércio exportador nacional, e os capitais da agricultura escravista procurassem uma melhor saída. Voltada ao vento, essa saída foi encontrada na implantação de uma indústria têxtil com bases na produção algodoeira que era bastante significativa na época, porém batendo na mesma tecla: a falta de tradição industrial, iria trazer reflexos nos investimentos dessa indústria que foi superdimensionada, muito acima do potencial financeiro da época.

Logicamente, ela nasceu com graves dificuldades de funcionamento, sendo superadas somente com a 1ª Guerra Mundial, quando a demanda mundial de tecidos permitiu uma certa euforia no parque industrial têxtil. Em seguida esse parque vegetou durante toda a década de 20, sendo mais acentuada no período depressivo da grande crise mundial de 29. Com os anos 30, nada se modificou; só começando a sentir uma certa reativação da nossa economia, na Segunda Guerra, quando novamente foi criada uma demanda para os produtos têxteis alimentada pelas dificuldades próprias das guerras.

A precariedade da estrutura empresarial era tanta que o setor têxtil, mais precisamente, só conhecia grandes crescimentos, calcados em fenômenos exógenos como foram as grandes guerras.

O colapso não demorou. Acaba a 2ª Guerra, com os mercados mundiais fechados, nossa indústria não teve condições de subsistir ao obsoleto, a falta



Tribuzi:
A Economia Maranhense é Declinante Há 1 Século

— “O Governo Maranhense é o verdadeiro responsável pelo declínio econômico do Maranhão”

de visão empresarial, o que nos momentos de crise, a realidade não invalida o século de declínio. Nossa população, certo dinamismo manteve-se a nível dos tradicionais, destes cem anos, mas produzindo

— “Na verdade, houve uma frustração de nossas elites econômicas e políticas”.